

**I REUNIÃO TÉCNICA DE
ACOMPANHAMENTO DO ACORDO
TRILATERAL DO CIRCUITO
TURÍSTICO DA TRÍPLICE FRONTEIRA**

ARGENTINA - BRASIL - PARAGUAI

**1 e 2 de outubro de 2009
Foz do Iguaçu – PR, Brasil**

ATA DA REUNIÃO

Realizou-se nos dias 1 e 2 de outubro de 2009, na cidade de Foz do Iguaçu - PR, República Federativa do Brasil, nas dependências do Hotel Carimã a I Reunião Técnica de Acompanhamento do Acordo Trilateral do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira - República Argentina, República Federativa do Brasil e República do Paraguai para tratar do aperfeiçoamento da implementação do denominado "Circuito Turístico da Tríplice Fronteira".

A Sra. Sonia Rodrigues Haddad, na condição de Chefe da Delegação Brasileira, procedeu à abertura da reunião dando as boas vindas às Delegações da Argentina, do Paraguai, observadores e convidados. Desejou, ainda, que os trabalhos sejam produtivos e que se desenvolvam em clima de cordialidade como costuma ocorrer em todas as reuniões e informou que precisava se retirar em razão de compromisso emergencial na cidade de Curitiba.

A Sra. Sonia Rodrigues Haddad, na condição de Chefe da Delegação Brasileira, designou a Sra. Sandra Lúcia Furlan Ribeiro, para a condução da reunião substituindo-a.

O Sr. Daniel Dominguez, Chefe da Delegação Argentina, agradeceu as boas vindas e manifestou seu desejo de que a reunião seja proveitosa no sentido de aperfeiçoamento dos mecanismos para o funcionamento do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira.

O Sr. Clemente Sanabria, Chefe da Delegação Paraguaia, informou ser um grande prazer participar desta Reunião, agradeceu a Delegação anfitriã pela acolhida e informou estar entusiasmado com a iniciativa, tendo manifestado ser este o passo certo para a obtenção dos melhores resultados para o aperfeiçoamento dos termos do Acordo.

A lista de participantes das respectivas Delegações se agrega como Anexo I, da presente Ata.

O Temário para a reunião acordado entre as três Delegações está apresentado no Anexo II.



**ATA DA I REUNIÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO TRILATERAL DO CIRCUITO
TURÍSTICO DA TRÍPLICE FRONTEIRA – ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI**

1 e 2 de outubro de 2009.

1. Relato das ações adotadas por parte de cada país relativa à implementação do Acordo denominado “Circuito Turístico Tríplice Fronteira” conforme previsto na I Reunião Trilateral, realizada em Ciudad Del Este, em 06/07/07.

A Delegação Brasileira informou que com a finalidade de implementação de melhorias das ações necessárias à operacionalização do denominado Circuito Turístico da Tríplice Fronteira, foi delegado ao Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu – FozTRANS as atividades relacionadas ao cadastramento, controle e fiscalização dos serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros, sob regime de fretamento do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira.

O Convênio foi assinado com o FozTRANS em novembro de 2007. Posteriormente foi realizada uma reunião de acompanhamento de sua implementação em abril de 2008, quando houve um alinhamento de sua operacionalização.

Tal medida foi comunicada ao Governo Argentino por ocasião da reunião bilateral Brasil / Argentina, realizada nos dias 10 e 11 de dezembro de 2008 e ao Governo Paraguai na reunião bilateral Brasil / Paraguai, realizada nos dias 29 e 30 de janeiro de 2009. Na ocasião, foi apresentado o modelo de selo de identificação dos veículos e o modelo de inspeção técnica utilizados na operação dos serviços constantes do denominado Circuito Turístico da Tríplice Fronteira.

A Delegação Argentina informou que foi editada a Resolução 725/2008 que criou o “Registro do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira – Normas Regulamentares, de Esclarecimento e de Instrução relativas à inscrição no mencionado Registro” como marco normativo que rege o Circuito Turístico, no qual as empresas e seus respectivos veículos estão sendo inscritos e que se encontra no **Anexo III**.

A Delegação Paraguai apresentou a “Resolución Del Consejo de la DINATRAN nº 306/2009, pela qual se homologa a criação do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira entre as cidades de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazu (AR), incluindo os Parques Nacionais, os aeroportos e estabelece o registro dos transportadores que operam no referido circuito, que consta do **Anexo IV**. Informou ainda, que se encontra em processo de elaboração a regulamentação pertinente.

As Delegações estabeleceram o prazo estimado de 90 (noventa) dias para melhorar as ações de aperfeiçoamento do Acordo, bem como a realização de uma reunião intermediária dentro deste prazo, para que seja feita uma avaliação do andamento dos trabalhos por parte de cada país e realizada a troca de informação que permita a capacitação dos agentes de fiscalização sobre o funcionamento do sistema adotado em cada país.



1 e 2 de outubro de 2009.

2. Intercâmbio de informações sobre os procedimentos adotados por cada país.

2.1. Cadastro e controle de empresas e veículos em cada país (órgão responsável)

A Delegação Brasileira ratificou que o Foztrans é o órgão responsável pelo cadastramento e controle das empresas, veículos e motoristas destinados à operação do Circuito Turístico da Tríplice Fronteira, bem como pela fiscalização, em apoio à ANTT e à Polícia Rodoviária Federal.

Informou ainda que, com a revisão dos procedimentos adotados no Convenio com o Foztrans, será implementado um módulo de sistema de informática compatível com o adotado pela ANTT, para que todas as ações previstas possam ser automatizadas.

A Delegação Argentina informou que o cadastramento dos veículos e das empresas será efetuado pela Comissão Nacional de Regulação de Transporte – CNRT, que fiscalizará juntamente com a Gendarmeria Nacional.

A Delegação Paraguaia informou que o cadastramento estará a cargo da Direção de Transporte Terrestre da Dinatran, no entanto, a fiscalização será de responsabilidade do Escritório Regional de Ciudad del Este e da Direção de Controle e Fiscalização de Serviços, também vinculada à Dinatran.

2.2. Identificação das empresas e veículos destinados a operar o “Circuito Turístico da Tríplice Fronteira”

A Delegação Brasileira informou que os veículos cadastrados no Brasil, para operação no Circuito Turístico da Tríplice Fronteira, serão identificados com um selo fornecido pelo Foztrans que terá as informações do veículo e prazo de vigência de 1 ano. Também as empresas e motoristas serão cadastrados pelo Foztrans.

A Delegação Argentina informou que emitirá um certificado para a empresa com prazo de vigência de um ano, bem como uma cédula para identificação dos veículos que operam exclusivamente na Tríplice Fronteira, que constam do **ANEXO V**. Para que não haja um retardamento quanto ao início da operação, as empresas que cumprirem todos os requisitos necessários receberão um certificado provisório, com prazo de validade de no máximo 90 dias, até que o certificado definitivo seja expedido. Informou ainda que dará ciência aos outros países quanto ao documento provisório expedido.

A Delegação Paraguaia informou que emitirá uma autorização à empresa operadora que terá validade de um ano, assim como um certificado de habilitação no qual constarão os dados de identificação do veículo.

1 e 2 de outubro de 2009.

A Delegação Brasileira expressou sua preocupação referente à possível dificuldade por parte da fiscalização quanto à segurança da documentação provisória, no que foi esclarecida pela Delegação Argentina de que a documentação provisória somente será emitida após o cumprimento de todas as exigências previstas.

2.3. Definição de Documentos de Porte Obrigatório:

As Delegações definiram que são documentos de porte obrigatório exigidos pela autoridade competente, além dos documentos exigidos na legislação de trânsito e da documentação prevista pela aduana e migração.

2.3.1. Certificado de Inspeção Técnica Veicular - CITV

As Delegações ratificam o entendimento da Reunião Trilateral, realizada em 06/07/07 de que a empresa deverá portar o Certificado de Inspeção Técnica Veicular – CITV, de acordo com os critérios vigentes no MERCOSUL.

2.3.2. Lista de passageiros

A Delegação Brasileira informou que utilizará duas listas: a de transporte e a da migração, até que haja unificação da lista da migração entre os 3 países, quando haverá nova discussão sobre o tema.

A Delegação Argentina informou que avançará para consolidar uma lista de passageiros unificada sobre a correspondente a da CNRT e a lista da Direção Nacional de Migração.

A Delegação Paraguaia efetuará consulta interna quanto à possibilidade de utilizar a lista sugerida pela Delegação Argentina.

2.3.3. Apólice de Seguro Internacional

As Delegações ratificaram o entendimento ocorrido na Reunião Trilateral, realizada em 06/07/07, que os veículos destinados à operação do Circuito Turístico da TríplICE Fronteira deverão estar cobertos pelo Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional, nos termos estabelecidos no artigo 5º do Anexo III do ATIT.

1 e 2 de outubro de 2009.

2.4. Penalidades

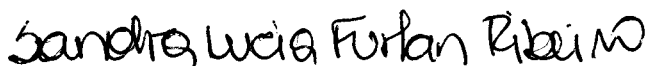
As Delegações concordaram que as penalidades a serem aplicadas no Circuito Turístico da Tríplice Fronteira são as previstas no 2º Protocolo Adicional ao ATIT. Concordaram também com a necessidade de instaurar um regime de infrações adequado à modalidade de transporte que se realiza na Tríplice Fronteira, que será proposto na próxima reunião da Comissão do artigo 16 do ATIT.

3. Outros Assuntos

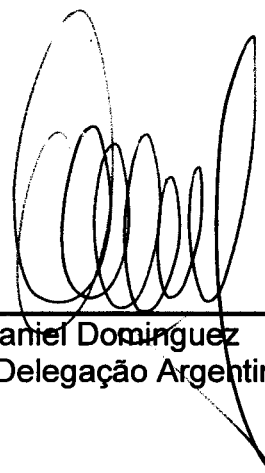
- 1) As Delegações concordaram que as empresas cadastradas em um país não necessitam realizar cadastramento nos demais países e tampouco de qualquer complementação.
- 2) As delegações concordaram sobre a necessidade de realização de campanhas educativas para esclarecimento quanto aos procedimentos a serem adotados por parte dos operadores e da fiscalização, de forma a assegurar sua correta atuação.

As Delegações visitantes agradeceram à Delegação Brasileira sua hospitalidade e se congratularam pelo trabalho realizado.

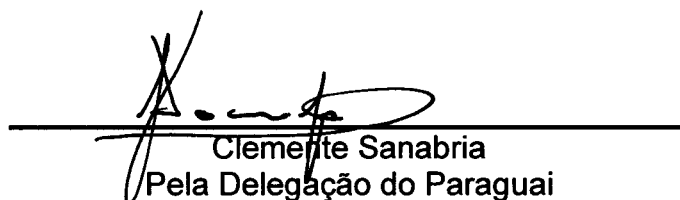
Se firma a presente em 3 vias de igual teor.



Sandra Lucia Furlan Ribeiro
Pela Delegação Brasileira



Daniel Dominguez
Pela Delegação Argentina



Clemente Sanabria
Pela Delegação do Paraguai



**ATA DA I REUNIÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO TRILATERAL DO CIRCUITO
TURÍSTICO DA TRÍPLICE FRONTEIRA – ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI**

1 e 2 de outubro de 2009.

ANEXO I

Lista de Participantes



**ATA DA I REUNIÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO TRILATERAL DO CIRCUITO
TURÍSTICO DA TRÍPLICE FRONTEIRA – ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI**

1 e 2 de outubro de 2009.

**ANEXO I – Lista de Participantes
DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Chefe da Delegação:

Sonia Rodrigues Haddad

Superintendente - ANTT

Sandra Lúcia Furlan Ribeiro

Gerente – ANTT

Luiz Alberto Gomes Grande

Gerente - ANTT

Paula Denize de Pina Picquet

Gerente - ANTT

Antonio Ricardo P. Jesus

Gerente – ANTT

Carlos Alexandre Nader Motta

Especialista - ANTT

Silvana L. Castro Barros

Técnica – ANTT

Marcio Muniz e Silva

Técnico - ANTT

Juliano Leite

Chefe em exercício da Divisão de
Fiscalização - DPRF

Ricardo Schineider

Inspetor Chefe da Delegacia de Foz do
Iguaçu - DPRF

Felipe S. Gonzalez

Secretário de Turismo de Foz do Iguaçu
- PR

Newton Paulo Angeli

COMTUR

1 e 2 de outubro de 2009.

ANEXO I – Lista de Participantes DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA ARGENTINA

Chefe da Delegação:
Daniel Dominguez

Subsecretaria de Transporte Terrestre

Delegados:

Juan Jose Mininni

Comandante Mayor – Gendarmeria
Nacional

Observadores:

Carlos Rios

Director de Transito – Municipio de
Iguazú

John Sampracos

Secretário da Câmara de Turismo de
Puerto Iguazu

Miguel Jorge Flores

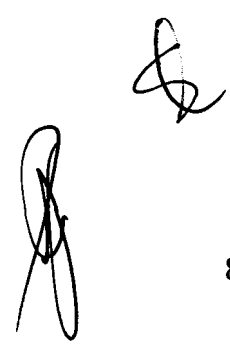
Presidente Ente Municipal de Turismo de
Iguazu

Mariana Soledad Berro

ADAVI - Iguazú

Graciela Kunkel

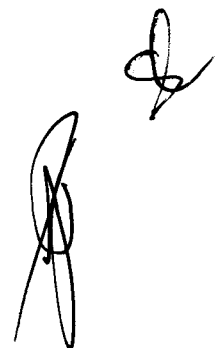
ADAVI - Iguazú



1 e 2 de outubro de 2009.

ANEXO I – Lista de Participantes DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

| | |
|---|----------|
| Chefe da Delegação: Clemente Sanabria | DINATRAN |
| Delegados: | |
| César García | DINATRAN |
| José Luis González | DINATRAN |
| Antonio Estigarribia M. | DINATRAN |
| Sergio Amarilla P. | DINATRAN |
| Carlos Peralta R. | DINATRAN |
| José Agüero | DINATRAN |
| Jorge Lauro | DINATRAN |
| Fausto Pereira | DINATRAN |
| Odilón M. Peralta Huespe | SENATUR |
| Aldo Insfrán | SENATUR |



**ATA DA I REUNIÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO TRILATERAL DO CIRCUITO
TURÍSTICO DA TRÍPLICE FRONTEIRA – ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI**

1 e 2 de outubro de 2009.

ANEXO II

Temário

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'R' followed by a vertical stroke and a small flourish at the bottom.

**ATA DA I REUNIÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO TRILATERAL DO CIRCUITO
TURÍSTICO DA TRÍPLICE FRONTEIRA – ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI**

1 e 2 de outubro de 2009.

ANEXO II - Temário

1. Relato das ações adotadas por parte de cada país relativas ao Acompanhamento do Acordo denominado “Circuito Turístico Tríplice Fronteira” conforme previsto na I Reunião Trilateral, realizada em Ciudad del Este, em 06/07/07
2. Intercâmbio de informações sobre os procedimentos adotados por cada país.
 - 2.1. Cadastro e controle de empresas e veículos em cada país (órgão responsável)
 - 2.2. Identificação das empresas e veículos destinados a operar o “Circuito Turístico da tríplice Fronteira” (selo/certificado)
 - 2.3. Definição de Documentos de Porte Obrigatório
 - 2.3.1. Certificado de Inspeção Técnica Veicular – CITV
 - 2.3.2. Lista de passageiros
 - 2.3.3. Apólice de Seguro Internacional
 - 2.4. Penalidades
3. Assuntos Diversos



**ATA DA I REUNIÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO TRILATERAL DO CIRCUITO
TURÍSTICO DA TRÍPLICE FRONTEIRA – ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI**

1 e 2 de outubro de 2009.

ANEXO III
Resolução 725/2008 – Argentina

Secretaría de Transporte**ACUERDO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE****Resolución 725/2008**

Creáse el "Registro del Circuito Turístico Triple Frontera". Normas reglamentarias, aclaratorias e instructivas relativas a la inscripción en el mencionado Registro.

Bs. As., 24/9/2008

VISTO el Expediente Nº 0095595/2007 del Registro del MINISTERIO DE PLANIFICACION FEDERAL, INVERSION PUBLICA Y SERVICIOS, y

CONSIDERANDO:

Que el día 28 de diciembre del año 2006, se reunieron el SECRETARIO DE TURISMO de la NACION, Señor Carlos Enrique MEYER y el SUBSECRETARIO DE TRANSPORTE AUTOMOTOR, Señor Jorge GONZALEZ, manifestando su intención de crear un circuito turístico integrado en la zona fronteriza intitulada "Triple Frontera", conformada por las ciudades de PUERTO IGUAZU (REPUBLICA ARGENTINA) - FOZ DO IGUAZU (REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRAZIL) - CIUDAD DEL ESTE (REPUBLICA DEL PARAGUAY), incluyendo los parques nacionales de la REPUBLICA ARGENTINA, dependientes de la administración de Parques Nacionales, organismo descentralizado dependiente de la SECRETARIA DE TURISMO de la NACION, y los de la REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL.

Que en oportunidad de celebrarse en CIUDAD DEL ESTE (REPUBLICA DEL PARAGUAY), a los 6 días del mes de julio de 2007, la I Reunión Trilateral de Organismos de Aplicación del ACUERDO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE de la REPUBLICA ARGENTINA, LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL y LA REPUBLICA DEL PARAGUAY sobre el denominado Circuito Turístico "Triple Frontera", se convino la creación del "Circuito Turístico Triple Frontera".

Que cabe puntualizar que el mencionado ACUERDO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE contiene en el Artículo 27 y en el APENDICE IV la referencia y el procedimiento para el otorgamiento de permisos ocasionales en circuito cerrado, en materia de transporte por automotor de pasajeros, incluyéndose en dicho instrumento internacional, la exigencia de que la autoridad competente del país bajo cuya jurisdicción se encuentre cada empresa, expida el correspondiente permiso, debiéndose para ello, satisfacer en cada caso, distintos requisitos que en el mismo apéndice expresamente se señalan.

Que, sin perjuicio de ello, corresponde prestar debida atención a los servicios de transporte para el turismo como los que se desarrollan en el lugar geográfico que nos ocupa, que se caracterizan por la extrema inmediatez en cuanto a la contratación del viaje, como al tiempo de desplazamiento entre un lugar y otro.

Que ello ha llevado a las autoridades de los países intervinientes, a convenir el establecimiento de un circuito turístico, en el cual puedan operar libremente los transportistas inscriptos en un registro que especialmente cada uno de los países llevaría al efecto, con el único objeto de evitar la tramitación de cada viaje por separado. Así, cada transportista inscripto en su país de origen, al portar el respectivo documento habilitante que el mismo otorgase en función de la aludida inscripción, podría realizar servicios turísticos sin inconvenientes dentro de las zonas incluidas en el circuito. La inscripción a que se ha hecho referencia sólo habilitaría para operar en el transporte para el turismo en la zona mencionada.

Que dicho mecanismo operativo en nada pretende desvirtuar la naturaleza turística de dichas prestaciones, por cuanto se mantendría inalterable el concepto de "circuito cerrado" y la obligatoriedad de portar la respectiva Lista de Pasajeros, Certificado de Inspección Técnica Vehicular, el Seguro de Responsabilidad Civil Internacional y la Identificación de que el vehículo se encuentra registrado en el organismo que cada una de las partes designe.

Que el día 25 de septiembre de 2007, la Intendencia de la Ciudad de PUERTO IGUAZU (Provincia

de MISIONES), solicitó que se considere, la posibilidad de exigir como requisito obligatorio para la habilitación aludida, la inscripción ante el municipio de PUERTO IGUAZU (Provincia de MISIONES), atento a que la inscripción en el ámbito local tiene en la actualidad como principal fundamento, garantizar la calidad y seguridad de los servicios de transporte.

Que asimismo manifiesta que con la aludida inscripción, se ha diseñado una política estratégica de turismo que garantiza la presencia de prestadores de servicios turísticos con reconocida trayectoria local, idoneidad comprobada y solvencia económica, por lo que deviene necesario y oportuno exigir como requisito para la inscripción en el Registro del Circuito Turístico Triple Frontera, la constancia emitida por la Municipalidad de la Ciudad de PUERTO IGUAZU (Provincia de MISIONES) que la empresa se encuentra habilitada para el transporte público de pasajeros.

Que por lo tanto se hace necesario aprobar las normas reglamentarias, aclaratorias e instructivas que resulten necesarias para posibilitar la inscripción que llevará la denominación "Registro del Circuito Turístico Triple Frontera" entre la REPUBLICA ARGENTINA, la REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL y la REPUBLICA DEL PARAGUAY.

Que la DIRECCION GENERAL DE ASUNTOS JURIDICOS dependiente de la SUBSECRETARIA LEGAL del MINISTERIO DE PLANIFICACION FEDERAL, INVERSION PUBLICA Y SERVICIOS, ha tomado la intervención de su competencia.

Que el ACUERDO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE, inscripto como ACUERDO DE ALCANCE PARCIAL en el marco de la ASOCIACION LATINOAMERICANA DE INTEGRACION (A.L.A.D.I.), conforme los mecanismos del TRATADO DE MONTEVIDEO DE 1980, puesto en vigencia por la Resolución Nº 263 de fecha 16 de noviembre de 1990 de la ex SUBSECRETARIA DE TRANSPORTE, brinda sustento suficiente para emitir el presente pronunciamiento.

Por ello,

EL SECRETARIO DE TRANSPORTE

RESUELVE:

Artículo 1º — Ratifícase lo actuado por la Delegación Argentina en la I Reunión Trilateral de Organismos de Aplicación del ACUERDO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE de la REPUBLICA ARGENTINA, la REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL y la REPUBLICA DEL PARAGUAY sobre el denominado Circuito Turístico Triple Frontera.

Art. 2º — Créase el "Registro del Circuito Turístico Triple Frontera" que comprenderá el circuito que se identifica en el artículo siguiente. Los transportistas inscriptos en dicho registro se encontrarán habilitados exclusivamente a realizar servicios de transporte para el turismo en circuito cerrado de carácter internacional dentro del ámbito territorial que comprende el mismo. La vigencia de dicha inscripción será de CINCO (5) años.

Art. 3º — Identifícase como Circuito Turístico Triple Frontera, integrado entre la REPUBLICA ARGENTINA, la REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL y la REPUBLICA DEL PARAGUAY, la zona delimitada por las ciudades de CIUDAD DEL ESTE (REPUBLICA DEL PARAGUAY), PUERTO IGUAZU (REPUBLICA ARGENTINA), y FOZ DO IGUAZU (REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL), incluyendo los Parques Nacionales hasta los Aeropuertos de las tres ciudades mencionadas.

Art. 4º — Apruébanse las Normas reglamentarias, aclaratorias e instructivas relativas a la inscripción en el "Registro del Circuito Turístico Triple Frontera" entre la REPUBLICA ARGENTINA, la REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL y la REPUBLICA DEL PARAGUAY que como ANEXO forma parte integrante de la presente resolución, respecto de los operadores de servicios de tal naturaleza que se desarrollarán exclusivamente en el circuito mencionado en el Artículo 3º de la presente resolución.

Art. 5º — Las personas físicas o jurídicas que se inscriban en el registro creado por el Artículo 2º de la presente resolución, podrán realizar servicios de transporte por automotor para el turismo exclusivamente en el mentado circuito.

Art. 6º — La presente resolución entrará en vigencia a partir de los SESENTA (60) días corridos, contados a partir de la fecha de su publicación en el BOLETIN OFICIAL de la REPUBLICA ARGENTINA.

Art. 7º — Comuníquese a la autoridad competente de la REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL, de la REPUBLICA DEL PARAGUAY, a la DIRECCION DE TRANSPORTE de la Provincia de MISIONES y a las ENTIDADES EMPRESARIAS DEL TRANSPORTE POR AUTOMOTOR DE PASAJEROS y de TURISMO. Cumplido, gírense las actuaciones a la COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE organismo dependiente de la SECRETARIA DE TRANSPORTE del MINISTERIO DE PLANIFICACION FEDERAL, INVERSION PUBLICA Y SERVICIOS, a sus efectos.

Art. 8º — Comuníquese, publíquese, dése a la Dirección Nacional del Registro Oficial y archívese.
— Ricardo Jaime.

ANEXO

"NORMAS REGLAMENTARIAS, ACLARATORIAS E INSTRUCTIVAS RELATIVAS A LA INSCRIPCION EN EL REGISTRO DEL CIRCUITO TURISTICO TRIPLE FRONTERA ENTRE LA REPUBLICA ARGENTINA, LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPUBLICA DEL PARAGUAY"

CAPITULO I DE LAS DEFINICIONES.

ARTICULO 1º.- A los efectos de lo que se establece en la presente resolución, corresponde definir:

- a) Servicios de Transporte para el Turismo: Son aquellos que se efectúan a los fines de satisfacer la demanda de los servicios de transporte incluidos en una programación turística o destinados a posibilitar viajes por el hecho u ocasión del acontecimiento de un evento vinculado con la ciencia, el arte, la técnica, el deporte y toda otra expresión cultural o espiritual del hombre.
- b) Circuitos Turísticos Integrados: Son aquellos espacios geográficos previamente determinados entre la REPUBLICA ARGENTINA, la REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL y la REPUBLICA DEL PARAGUAY, en los cuales se podrán efectuar servicios de transporte para el turismo de carácter internacional, previa inscripción en un registro especialmente establecido al efecto. La única modalidad operativa que se admite para la prestación de los servicios es la de circuito cerrado.
- c) Inscripción para la prestación de los servicios de transporte por automotor para el turismo: La inscripción es la autorización genérica habilitante a través de la cual, la Autoridad de Aplicación faculta a un particular a fin de que pueda efectuar un servicio de transporte para el turismo, sujeto a la condición de que el transportista haga efectiva la inscripción en el respectivo registro, para lo cual deberá dar cumplimiento a los requisitos exigidos por la presente resolución.
- d) Empresa habilitada para el Servicio de Transporte por Automotor para el Turismo de Jurisdicción Nacional en el CIRCUITO TURISTICO TRIPLE FRONTERA ENTRE LA REPUBLICA ARGENTINA, LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPUBLICA DEL PARAGUAY: Es aquella que resulte inscripta en el mencionado registro, en virtud de lo cual se encuentra autorizada para realizar servicios de transporte por automotor para el turismo de carácter internacional en el circuito turístico integrado entre las mencionadas repúblicas.
- e) Programación Turística: Es aquella prestación compleja que se configura mediante la conjunción de diferentes servicios tales como hotelería, gastronomía, visitas guiadas a lugares de interés público, transporte, u otras, destinadas a satisfacer la afición de viajar y recorrer diferentes zonas.
- f) Contingente: Nómina de personas previamente determinadas a la fecha de iniciación de la prestación del servicio de transporte por automotor para el turismo, que participan de la programación turística.
- g) Lista de pasajeros: Formulario que contiene la nómina de las personas que integran cada uno de los contingentes turísticos, debidamente identificados.
- h) Contrato de transporte para el turismo: Es el que celebra una agencia de viajes o una entidad

no mercantil sin fines de lucro autorizadas por la SECRETARIA DE TURISMO, dependiente de la PRESIDENCIA DE LA NACION, con una empresa habilitada para realizar transporte por automotor para el turismo por el cual se conviene la prestación de esa modalidad de servicios mediante el pago de un precio en dinero.

i) Contrato de Transportes Especiales para el turismo: Es el acuerdo de voluntades entre una persona física o jurídica organizadora o protagonista de un evento vinculado con la ciencia, el arte, la técnica, el deporte y toda otra expresión cultural o espiritual del hombre y una empresa autorizada para realizar servicios de transporte por automotor para el Turismo.

CAPITULO II

DE LA INSCRIPCION EN EL REGISTRO

ARTICULO 2º.- A los efectos de la inscripción en el "Registro del CIRCUITO TURISTICO TRIPLE FRONTERA ENTRE LA REPUBLICA ARGENTINA, LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPUBLICA DEL PARAGUAY", se deberán observar los siguientes requisitos:

a) De las solicitudes:

Las personas físicas o jurídicas que deseen realizar servicios de transporte por automotor para el turismo en el circuito turísticos que se identifica en el Artículo 3º de la presente resolución, deberán efectuar la solicitud, presentando la documentación que la presente resolución determine, completando las declaraciones juradas correspondientes en la COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE organismo dependiente de la SECRETARIA DE TRANSPORTE del MINISTERIO DE PLANIFICACION FEDERAL, INVERSION PUBLICA Y SERVICIOS, de acuerdo a lo siguiente:

I) Los operadores que realicen la inscripción, deberán ajustarse a los siguientes requisitos:

1.) Las personas físicas deberán presentar el documento que acredite su inscripción en la matrícula de comerciante.

2.) Las personas jurídicas deberán presentar contrato o estatuto social y el último instrumento del cual se desprenda la designación del órgano de administración debidamente inscripto ante el organismo competente en materia societaria o de naturaleza análoga. En el objeto social deberá constar la posibilidad de realizar transporte de personas.

3.) En caso de actuar a través de apoderado, se deberá acompañar el poder, carta poder o autorización extendida ante la autoridad administrativa que corresponda.

4.) Se deberá satisfacer el arancel previsto en la normativa vigente. Se estará al criterio establecido en el Artículo 5º de la Resolución Nº 382 de fecha 8 de junio de 2005 de la SECRETARIA DE TRANSPORTE del MINISTERIO DE PLANIFICACION FEDERAL, INVERSION PUBLICA Y SERVICIOS para el caso de que el interesado solicite la inscripción simultánea en el registro que por la presente se crea, y en el registro de Turismo Regional correspondiente a la región litoral, se reducirá en un CINCUENTA POR CIENTO (50%) el arancel para cada inscripción.

5.) Agregar constancia de cumplimiento del Certificado Fiscal para Contratar, y para el caso de los operadores ya inscriptos o aquellos operadores que solicitaren simultáneamente la inscripción en el registro que por la presente se crea y en el Registro de Turismo Regional, deberán acreditar asimismo el patrimonio neto mínimo y la garantía de cumplimiento de obligaciones.

6.) Presentar la constancia emitida por la Municipalidad de la ciudad de PUERTO IGUAZU (Provincia de MISIONES) de que la empresa se encuentra habilitada para el transporte público de pasajeros.

7.) Deberán acreditar la titularidad del/los vehículo/s afectado/s al servicio con el correspondiente título de propiedad, o la tenencia del mismo con el pertinente contrato de leasing.

II) Los operadores inscriptos en otros servicios o que se encuentren habilitados para realizar el servicio de transporte para el turismo de carácter interurbano de jurisdicción nacional, deberán obtener el certificado de cumplimiento de obligaciones que extiende la COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE organismo dependiente de la SECRETARIA DE TRANSPORTE del MINISTERIO DE PLANIFICACION FEDERAL, INVERSION PUBLICA Y SERVICIOS. Este certificado es solicitado al efecto de verificar si la peticionante, ha satisfecho las obligaciones que se desprendan del servicio para el que está inscripta. Asimismo se verificará que el peticionante acredite el cumplimiento de los establecido en el punto 5.), 6), "ut supra" aludidos como que no posea deudas en concepto de Tasa Nacional de Fiscalización del Transporte o de multas pendientes de pago.

b) De los vehículos:

Se deberá afectar un parque móvil que responda a las exigencias contenidas en la Ley Nº 24.449 y su Reglamentación, aprobada por el Decreto Nº 779 de fecha 20 de noviembre de 1995, y en la Resolución de la SECRETARIA DE TRANSPORTE Nº 401 de fecha 9 de septiembre de 1992.

La antigüedad de los vehículos será computada por año calendario tomando en cuenta como referencia el correspondiente al año de fabricación del chasis, el cual definirá el modelo de la unidad con prescindencia del motor y la carrocería.

La capacidad transportativa de los vehículos estará limitada por el número de asientos del mismo.

c) De los Seguros:

Se deberán contratar los seguros que cubran los riesgos actualmente exigibles para todos los operadores del transporte por automotor de pasajeros de jurisdicción nacional, como asimismo la extensión internacional correspondiente.

CAPITULO III

DE LAS OBLIGACIONES QUE ASUME EL TRANSPORTISTA INSCRIPTO EN EL "REGISTRO DEL CIRCUITO TURISTICO TRIPLE FRONTERA ENTRE LA REPUBLICA ARGENTINA, LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPUBLICA DEL PARAGUAY"

ARTICULO 3º.- Todo transportista inscripto en el Registro aludido, asume las siguientes obligaciones que deberá satisfacer con la periodicidad que se desprende de cada una de las normas específicas:

a) Pago de la Tasa Nacional de Fiscalización del Transporte.

b) Observación de la revisión técnica obligatoria del parque móvil afectado a los servicios que presta.

c) Afectación de personal de conducción que posea Licencia Nacional Habilitante.

d) Contratación de seguros.

e) Presentación de la información estadística que corresponda.

f) Mantenimiento de los datos básicos de la empresa, así como también de las modificaciones al órgano de administración.

g) Observancia estricta del cumplimiento de todas las obligaciones que se desprenden de las leyes laborales, impositivas y previsionales. Asimismo, para la prestación de tales servicios será necesario celebrar los contratos tipificados en el presente Anexo, en ocasión de cada viaje y para cada una de las clases de servicios preestablecidos.

ARTICULO 4º.- Durante la prestación del servicio, se deberá portar obligatoriamente en el vehículo la siguiente documentación:

- a) Fotocopia autenticada del Certificado de Inscripción en el "Registro del CIRCUITO TURISTICO TRIPLE FRONTERA ENTRE LA REPUBLICA ARGENTINA, LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPUBLICA DEL PARAGUAY" extendido por la SECRETARIA DE TRANSPORTE.
- b) Lista de Pasajeros.
- c) Certificado original de la constancia de revisión técnica obligatoria del vehículo vigente.
- d) Original de la Cédula identificatoria del vehículo extendida por la COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE organismo dependiente de la SECRETARIA DE TRANSPORTE del MINISTERIO DE PLANIFICACION FEDERAL, INVERSION PUBLICA Y SERVICIOS.
- e) Constancia de vigencia de la póliza de seguros respectiva.
- f) Comprobante de pago de la Tasa Nacional de Fiscalización del Transporte.

CAPITULO IV

DISPOSICIONES COMPLEMENTARIAS

ARTICULO 5º.- La COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE organismo dependiente de la SECRETARIA DE TRANSPORTE del MINISTERIO DE PLANIFICACION FEDERAL, INVERSION PUBLICA Y SERVICIOS será la autoridad encargada de recepcionar la correspondiente solicitud de inscripción y posterior renovación, en caso de corresponder, en el "REGISTRO DEL CIRCUITO TURISTICO TRIPLE FRONTERA ENTRE LA REPUBLICA ARGENTINA, LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPUBLICA DEL PARAGUAY", extendiendo la cédula de identificación del vehículo. La SECRETARIA DE TRANSPORTE DE LA NACION será la autoridad competente para emitir el certificado de inscripción respectivo.

A los efectos de la tramitación de las solicitudes de inscripción y renovación de inscripciones en el registro en cuestión, la referida Comisión, procederá a notificar al solicitante el incumplimiento de alguno de los requisitos exigidos por la normativa aplicable que pudieran surgir de la revisión de la documentación respectiva, otorgando el plazo que corresponda para su subsanación, sustanciando el procedimiento conforme a las disposiciones contenidas en la Ley Nº 19.549 de Procedimientos Administrativos, modificada por las Leyes Nros. 21.686 y 25.344, y por el Reglamento de Procedimientos Administrativos, aprobado por el Decreto Nº 1759/72 (T.O. 1991).

Verificado el cumplimiento de la totalidad de los requisitos previstos, la COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE, remitirá lo actuado en un término no mayor a QUINCE (15) días a la SUBSECRETARIA DE TRANSPORTE AUTOMOTOR, la que previo informe y confección del Certificado de Inscripción correspondiente, elevará las actuaciones a la SECRETARIA DE TRANSPORTE.

Los certificados expedidos por la COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE, que acrediten el debido cumplimiento de los requisitos exigidos por la normativa vigente para la inscripción y renovación de inscripciones en el registro aludido, deberán estar vigentes al momento de la suscripción del acto administrativo definitivo.

En todo lo no contemplado en el presente artículo, regirá lo establecido en la Resolución Nº 131 de fecha 2 de octubre de 2002 de la SECRETARIA DE TRANSPORTE del ex MINISTERIO DE LA PRODUCCION.

ARTICULO 6º.- Las transgresiones o incumplimientos de las disposiciones contenidas en la presente resolución, dará lugar a la aplicación de las sanciones que establece el Régimen de Penalidades vigente.

**ATA DA I REUNIÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO TRILATERAL DO CIRCUITO
TURÍSTICO DA TRÍPLICE FRONTEIRA – ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI**

1 e 2 de outubro de 2009.

ANEXO IV

Resolução do Conselho da DINATRAM nº 306/2009



Consejo de la Dirección Nacional de Transporte

RESOLUCIÓN DEL CONSEJO DE LA DINATRAN N° 306.

POR LA CUAL SE HOMOLOGA LA CREACIÓN DEL CIRCUITO TURISTICO TRIPLE FRONTERA, ENTRE LAS CIUDADES DE: CIUDAD DEL ESTE (PY) – PUERTO IGUAZÚ (RA) – FOZ DE YGUAZÚ (BR), INCLUYENDO LOS PARQUES NACIONALES HASTA LOS AEROPUERTOS DE LAS TRES CIUDADES MENCIONADAS, Y SE ESTABLECE EL REGISTRO DE LOS TRANSPORTISTAS QUE OPERARÁN EN EL CIRCUITO REFERIDO.-

San Lorenzo, 28 de setiembre de 2009.

VISTA: La I Reunión Trilateral de Organismos de Aplicación del Acuerdo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT), de la República Argentina, la República Federativa del Brasil y de la República del Paraguay, realizada en Ciudad del Este a los 6 días del mes de julio del año 2007, sobre el Denominado Circuito Turístico Triple Frontera, que comprenderá la zona delimitada por las ciudades de: Ciudad del Este (PY) – Puerto Iguazú (RA) – Foz de Yguazú (BR), incluyendo los Parques Nacionales hasta los Aeropuertos de las tres ciudades mencionadas.

La Ley N° 1128/97, que Aprueba el Convenio sobre Transporte Internacional Terrestre, que en su Artículo 20, reza: “Para establecer servicios de transporte internacional por carretera y sus modalidades, deberá mediar un acuerdo previo entre las Partes. Estas otorgarán los permisos correspondientes con el objeto de hacer efectiva la reciprocidad, independientemente entre las empresas de pasajeros y las de carga”; y

CONSIDERANDO: Que, la Ley N° 1590/00, establece que la Dirección Nacional de Transporte (DINATRAN) es la encargada de la regulación del transporte nacional e internacional y que en su Artículo 13, dispone: “Serán atribuciones de la DINATRAN, inciso b) formular reglamentaciones y normas, habilitar y fiscalizar todo lo referente al transporte nacional e internacional, destinado a cargas, pasajeros y servicios especiales”.

Que, la citada norma legal, en su Artículo 15, inciso “c”, establece que es atribución del Consejo “dictar los reglamentos sobre la habilitación, concesión y permiso para la prestación del servicio de transporte público de pasajeros y cargas”.

Que, el tema de referencia fue tratado y aprobado en la XI Reunión Ordinaria del Consejo de la DINATRAN de fecha 24 de setiembre de 2009.

POR TANTO; y en uso de sus atribuciones conferidas por la Ley N° 1.590/2000,

EL CONSEJO DE LA DIRECCIÓN NACIONAL DE TRANSPORTE

RESUELVE:

Artículo 1°.- Homologar la creación del Circuito Turístico Triple Frontera, delimitada por las ciudades de: Ciudad del Este (PY) – Puerto Iguazú (RA) – Foz de Yguazú (BR), incluyendo los Parques Nacionales y los Aeropuertos de las tres ciudades mencionadas.


KAREN C. MACCHI LINZARI
SECRETARIA DE ACTAS
CONSEJO DE DINATRAN


Clemente Sanabria
Pres. del Consejo y Director Nacional
Dirección Nacional de Transporte

...///...



Consejo de la Dirección Nacional de Transporte

RESOLUCIÓN DEL CONSEJO DE LA DINATRAN N° 306

POR LA CUAL SE HOMOLOGA LA CREACIÓN DEL CIRCUITO TURISTICO TRIPLE FRONTERA, ENTRE LAS CIUDADES DE: CIUDAD DEL ESTE (PY) – PUERTO IGUAZÚ (RA) – FOZ DE YGUAZÚ (BR), INCLUYENDO LOS PARQUES NACIONALES HASTA LOS AEROPUERTOS DE LAS TRES CIUDADES MENCIONADAS, Y SE ESTABLECE EL REGISTRO DE LOS TRANSPORTISTAS QUE OPERARÁN EN EL CIRCUITO REFERIDO.-

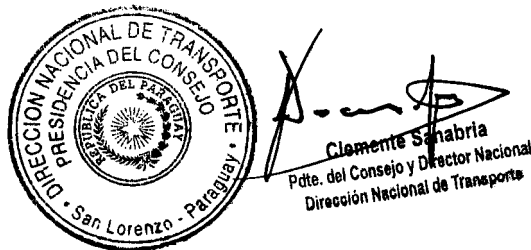
.../2/...

Artículo 2°.- *Establecer el Registro de Transportistas que prestarán servicio en el Circuito Turístico Triple Frontera, que operarán con facilidades que otorgarán los Estados Partes, previo cumplimiento de los requisitos establecidos para el efecto.*

Artículo 3°.- *Encargar a la Dirección de Transporte Terrestre el registro de los transportistas que prestarán servicio en el Circuito Turístico Triple Frontera, creado por el Acuerdo Trilateral y conforme a las leyes nacionales.*

Artículo 4°.- *La Dirección de Transporte Terrestre y la Dirección de Planificación de Servicios de Transporte quedarán encargadas para el establecimiento de las normas reglamentarias, aclaratorias e instructivas relativas al Registro de los Transportistas del Circuito Turístico Triple Frontera.*

Artículo 5°.- *Comunicar a quienes corresponda y archivar.*



**ATA DA I REUNIÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO TRILATERAL DO CIRCUITO
TURÍSTICO DA TRÍPLICE FRONTEIRA – ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI**

1 e 2 de outubro de 2009.

ANEXO V

Modelos de documentos apresentados pela Argentina



MINISTERIO DE PLANIFICACION FEDERAL, INVERSION PUBLICA Y SERVICIOS
SECRETARIA DE TRANSPORTE
SUBSECRETARIA DE TRANSPORTE AUTOMOTOR
AUTORIZACION PARA LA PRESTACION DE SERVICIOS DEL CIRCUITO DE TRIPLE FRONTERA
ENTRE LAS REPUBLICAS DE
ARGENTINA, FEDERATIVA DEL BRASIL Y PARAGUAY
TURISMO INTERNACIONAL - RESOLUCION N° 725/2008

EMPRESA
EXPEDIENTE
VIGENCIA DESDE
VIGENCIA HASTA
CODIGO EMPRESA
12565
S01:0508499/2009
25/03/2009
24/03/2014

Ing. JUAN PABLO SCHIAVI
SECRETARIO DE TRANSPORTE

CNRT CEDULA TRIPLE FRONTERA

COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

| | | |
|---------|----------|--------------|
| DOMINIO | ASIENTOS | REGISTRACION |
| DLC | 23 | 1832 |

VALIDO HASTA: 31/12/2010

BS.AS. 29/09/2009

ING. ROBERTO ROMERO
COMISARIO EN JEFE
COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

CNRT CEDULA TRIPLE FRONTERA

COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

| | | |
|---------|----------|--------------|
| DOMINIO | ASIENTOS | REGISTRACION |
| DRD | 23 | 1832 |

VALIDO HASTA: 31/12/2011

BS.AS. 29/09/2009

ING. ROBERTO ROMERO
COMISARIO EN JEFE
COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

CNRT CEDULA TRIPLE FRONTERA

COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

| | | |
|---------|----------|--------------|
| DOMINIO | ASIENTOS | REGISTRACION |
| FWE | 19 | 1832 |

VALIDO HASTA: 12/04/2014

BS.AS. 29/09/2009

ING. ROBERTO ROMERO
COMISARIO EN JEFE
COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

CNRT CEDULA TRIPLE FRONTERA

COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

| | | |
|---------|----------|--------------|
| DOMINIO | ASIENTOS | REGISTRACION |
| IDD-2 | 15 | 1832 |

VALIDO HASTA: 12/04/2014

BS.AS. 29/09/2009

ING. ROBERTO ROMERO
COMISARIO EN JEFE
COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

CNRT CEDULA TRIPLE FRONTERA

COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

| | | |
|---------|----------|--------------|
| DOMINIO | ASIENTOS | REGISTRACION |
| FCS | 23 | 12477 |

S.R.L.

VALIDO HASTA: 17/03/2014

BS.AS. 29/09/2009

ING. ROBERTO ROMERO
COMISARIO EN JEFE
COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

CNRT CEDULA TRIPLE FRONTERA

COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

| | | |
|---------|----------|--------------|
| DOMINIO | ASIENTOS | REGISTRACION |
| CZM | 43 | 12565 |

S.R.L.

VALIDO HASTA: 31/12/2009

BS.AS. 29/09/2009

ING. ROBERTO ROMERO
COMISARIO EN JEFE
COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

CNRT CEDULA TRIPLE FRONTERA

COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

| | | |
|---------|----------|--------------|
| DOMINIO | ASIENTOS | REGISTRACION |
| HZP-67 | 19 | 12565 |

S.R.L.

VALIDO HASTA: 24/03/2014

BS.AS. 29/09/2009

ING. ROBERTO ROMERO
COMISARIO EN JEFE
COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

CNRT CEDULA TRIPLE FRONTERA

COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE

| | | |
|---------|----------|--------------|
| DOMINIO | ASIENTOS | REGISTRACION |
| IDT | 15 | 12565 |

S.R.L.

VALIDO HASTA: 24/03/2014

BS.AS. 29/09/2009

ING. ROBERTO ROMERO
COMISARIO EN JEFE
COMISION NACIONAL DE REGULACION DEL TRANSPORTE